



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE ERECHIM  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**CLEUSA FALCÃO**

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

Erechim

2014

CLEUSA FALCÃO

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de grau  
de Licenciatura em Pedagogia da Universidade  
Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Me. Naira Estela Roesler Mohr

Erechim

2014

Universidade Federal da Fronteira Sul

Av. Dom João Hoffmann, 313

Bairro Fátima

CEP: 99700-000

Erechim – RS

Brasil

**DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação**

FALCÃO, CLEUSA

O LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL/ CLEUSA FALCÃO. -- 2014. 47 f.

Orientador: NAIRA ESTELA ROESLER MOHR.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de LICENCIATURA EM PEDAGOGIA , Erechim, RS , 2014.

1. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. 2. CURRÍCULO. 3. FORMAÇÃO INTEGRAL. 4. FORMAÇÃO CIDADÃ. I. MOHR, NAIRA ESTELA ROESLER, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CLEUSA FALCÃO

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

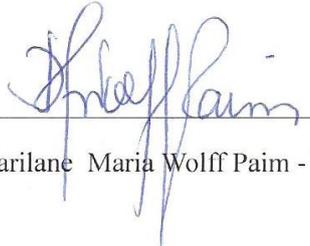
Orientador: Prof.<sup>a</sup> Me. Naira Estela Roesler Mohr

Aprovado em: 08/12/2014

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Me. Naira Estela Roesler Mohr - UFFS



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilane Maria Wolff Paim - UFFS



Prof. Mateus Ivar Pavoni - UPF

Dedico a todos os meus familiares, aos verdadeiros amigos, os quais sempre pude contar, e a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica durante estes cinco anos de construção de conhecimentos. E para todos que acreditam em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me permitir conquistar mais esta etapa da minha vida.

Aos meus pais, Rui e Catarina, pela vida, pela educação e pelos bons princípios, que me passaram, e que eu levarei sempre em meu coração. Obrigada por tudo, amo muito vocês.

Ao meu noivo Rudimar, pessoa sempre presente durante a minha trajetória acadêmica, me auxiliando e apoiando nos momentos mais difíceis. Companheiro muito importante, com quem espero partilhar muitos momentos.

Aos meus irmãos, pessoas de fundamental importância em minha vida.

Agradeço especialmente a minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Me. Naira Estela Roesler Mohr, que confiou em mim desde o primeiro momento, mostrando-se sempre disposta em ajudar-me a suprir minhas dúvidas. Meu muito obrigado por fazer parte dessa conquista, pelos momentos de muitos aprendizados e por sua grande dedicação.

E por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização e conclusão deste trabalho, principalmente, aos meus muitos professores que tanto contribuíram em minha formação.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”. (Albert Einstein)

## RESUMO

O presente trabalho, intitulado “O lugar da Educação Física no currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental”, têm como objetivo principal discutir as possíveis relações entre: a disciplina de Educação Física e a formação integral e cidadã da criança; tempos e espaços educativos; Além de aprofundar estudos em torno da importância das atividades corporais e motoras na educação integral do aluno. Buscou-se, também, reconhecer a importância dos espaços físicos e dos materiais didáticos para o desenvolvimento do ensino de Educação Física escolar; Assim como, discutir aspectos pedagógicos em torno da organização curricular tendo como foco de observação da disciplina de Educação Física nos anos iniciais, bem como discorrer sobre temas relacionados à formação docente e planejamento do ensino de Educação Física nos anos iniciais. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa aponta que grande parte da trajetória histórica da Educação Física, ligada a abordagens mecanicistas e isentas de conteúdo pedagógico, contribuiu para uma falta de reconhecimento desta disciplina no contexto escolar. Revelou também que estas concepções conservam-se atualmente e reforçam a ideia de que a Educação Física é apenas uma atividade e não um componente curricular importante para o desenvolvimento físico, intelectual e emocional do aluno, sendo muitas vezes relegada a uma condição de inferioridade em relação às demais disciplinas. Por outro lado acreditamos que a partir de um planejamento integrado na escola esse componente possa ocupar seu espaço em busca de uma formação integral e cidadã, conforme orientado nos documentos legais brasileiros.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Currículo. Formação Integral. Formação Cidadã.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Art – Artigo

CNE/ CEB – Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. EDUCAÇÃO E SUAS TRANSFORMAÇÕES .....</b>	<b>17</b>
2.1 A INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR .....	17
2.2 EDUCAÇÃO: PARA ONDE ELA CAMINHA? .....	19
2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DIREITO DA CRIANÇA .....	22
<b>3. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR .....</b>	<b>25</b>
3.1 O CURRÍCULO E A EDUCAÇÃO FÍSICA .....	26
3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA .....	29
3.3 EDUCAÇÃO FÍSICA CIDADÃ .....	31
3.4 OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA .....	33
3.5 PLANEJAMENTO .....	35
3.6 O AMBIENTE ESCOLAR E AS ATIVIDADES MOTORAS .....	37
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a organização social vem sofrendo muitas alterações, e atualmente convivemos em uma sociedade capitalista repleta de problemas sociais, dentre eles às questões de violência. E é neste cenário de constantes transformações sociais, às vezes nem sempre positivas que se encontram as crianças brasileiras, as quais em sua grande maioria, não têm possibilidades de vivenciar as brincadeiras de outras épocas (Seis Marias, bonecas feitas de milho,...), e especialmente as brincadeiras praticadas nas “ruas”, como jogar bolita, andar de Carrinho de Rolimã, entre outras.

Sabe-se que o cotidiano das relações sociais é repleto de movimentos, os quais estão presentes nos jogos com regras, nas brincadeiras de faz de conta das crianças, enfim, na vida diária do ser humano. Porém, quando pensamos em movimentos nas escolas, já reportamos nossos pensamentos nas aulas de Educação Física, espaço pedagógico onde muitas vezes estes movimentos são realizados em sua maioria. Tempo e espaço muito desejado pelos alunos, porém apresenta um precário aproveitamento em sua totalidade, isso devido a uma variedade de fatores que permeiam o ensino de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas.

Segundo Gonçalves, os movimentos que fazem parte do ser humano seja ele na escola ou na vida social é um processo de aprendizagem.

O movimento humano é mais do que o resultado da atuação de forças fisiológicas ou biomecânicas, ou de um processo de aprendizagem motora. O acento principal está no termo “humano”: é o homem como um todo que se movimenta, o homem como um ser que pensa, sente e age, existindo em um mundo com o qual interage dialeticamente. É importante que o profissional de Educação Física se conscientize da necessidade de busca de uma integração, fundamentada em uma visão do homem como um todo (2012, p. 141).

Assim sendo, desenvolver um trabalho de qualidade na área da Educação Física é de extrema importância, pois permitirá que os alunos, desde cedo, tenham a oportunidade de desenvolver habilidades corporais e de apropriação de novas aprendizagens através das atividades esportivas e culturais como: jogos, lutas, ginásticas e danças, com fins de lazer ou se desejar, com finalidades competitivas.

Para Betti (1992), a finalidade da Educação Física é integrar e familiarizar o aluno na cultura corporal, não buscando apenas o aprendizado de habilidades motoras, mas desenvolvendo capacidades físicas, proporcionando experiências com o uso do esporte, do

jogo, da dança e a ginástica e enfatizando a experimentação. Considerando, também, os conhecimentos cognitivos e afetivos que estão presentes em qualquer prática de movimentos.

Sendo assim, independente do conteúdo a ser trabalhado, o processo de ensino aprendizagem deve dar-se de forma que busque respeitar as especificidades de cada aluno, em todas as suas dimensões. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) na área da Educação Física:

Os conhecimentos construídos devem possibilitar a análise crítica dos valores sociais, tais como padrões de beleza e saúde, que se tornaram dominantes na sociedade, seu papel como instrumento de exclusão e discriminação social e atuação dos meios de comunicação em produzi- los, transmiti- los e impô- los; uma discussão sobre a ética do esporte profissional, sobre a discriminação sexual e racial que existe nele, entre outras coisas, pode favorecer a consideração da estética do ponto de vista do bem-estar, as posturas não consumistas, não-preconceituosas, não discriminatórias e a consciência dos valores coerentes com a ética democrática (1997, p. 30).

Percebe-se que os PCN's de Educação Física propõem que os alunos sejam capazes de participarem de atividades corporais, respeitando sempre o próximo; rejeitando a violência; adotando hábitos saudáveis; sabendo se posicionar criticamente em relação às imposições de padrões de saúde, beleza e estética que a sociedade ao longo de sua história vem ditando. Além disso, segundo o mesmo documento o aluno precisa ao final do Ensino Fundamental ser capaz de:

participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais; adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência; conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais; reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva; solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e devem ocorrer de modo saudável e equilibrado; reconhecer condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento e desenvolvimento, não as aceitando para si nem para os outros, reivindicando condições de vida dignas; conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito; conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão (PCN's, 1997, p. 33).

Mas, ao analisar todos estes objetivos questiono-me: Como é possível atingi-los de forma plena com as condições estruturais e organização curricular que as escolas públicas disponibilizam? As condições estruturais se referem tanto aos aspectos mais objetivos, como por exemplo, espaço físico adequado, materiais pedagógicos, disponibilidade de professores, como também as questões de ordem pedagógica como o planejamento escolar, organização curricular e domínio sobre a área do conhecimento.

Atualmente a Educação Física é reconhecida como parte integrante do currículo da educação básica, e em muitos documentos é defendida como área de conhecimento essencial na formação humana. Entretanto, em muitos contextos ainda se percebe certa “marginalização” para com essa disciplina, tanto pelos órgãos que organizam os sistemas de ensino, como pelo conjunto de professores que atuam nas escolas. É comum, no ambiente escolar, o professor de Educação Física atuar de forma desarticulada da equipe pedagógica, trabalhando de maneira isolada das demais disciplinas escolares.

O ensino de Educação Física, assim como as outras disciplinas do currículo escolar, possui sua função social. Segundo Betti:

É tarefa da Educação Física, preparar o aluno para ser um praticante lúcido e ativo, que incorpore o esporte, o jogo, a dança e as ginásticas em sua vida, para deles tirar o melhor proveito possível. Isto implica também compreender a organização institucional da cultura corporal em nossa sociedade; é preciso prepará-lo para ser um consumidor do esporte espetáculo, para o que deve possuir uma visão crítica do sistema esportivo profissional, e instrumentos conceituais e perceptivos para uma apreciação estética e técnica do esporte. É preciso preparar o cidadão que vai aderir aos programas de ginástica aeróbica, musculação, natação, etc, em instituições públicas e privadas, para que possa avaliar a qualidade do que é oferecido e identificar as práticas que melhor promovam sua saúde e bem estar (1997, p. 15).

De acordo com estas intenções, a Educação Física tem um grande papel ao oportunizar os alunos vivência das mais variadas práticas da cultura corporal. Porém, tais práticas às vezes influenciadas pela estrutura física que as escolas disponibilizam, deixam de ser trabalhadas, já que são encontrados diversos percalços e limites prejudicando o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Isso fica claro nas palavras de Bracht: “a existência de materiais, equipamentos e instalações adequadas é importante e necessária para as aulas de Educação Física, sua ausência ou insuficiência podem comprometer o alcance do trabalho pedagógico” (2003, p. 39).

Saber tudo o que é preciso ensinar aos alunos nas aulas de Educação Física é de fundamental importância, porém, para que isso ocorra de forma significativa, sem frustrações tanto para os alunos como para o professor é preciso ter seus planejamentos e objetivos claros para execução da aula, mas para que isso realmente aconteça é necessário um bom

planejamento, condições físicas adequadas além de compreender o aluno em sua totalidade, com suas potencialidades e limites.

Pois segundo Gonçalves (2012) o ser humano precisa ser compreendido no seu todo. E é nessa visão que o ensino de Educação Física pode conceber o ser humano em sua totalidade, respeitando sua subjetividade, capacidades e limitações. Buscando proporcionar pedagogicamente atividades capazes de auxiliar no desenvolvimento de diferentes habilidades e capacidades.

Por fim, segundo Gonçalves o objetivo da Educação Física e da Educação em geral é: “proporcionar o desenvolvimento de qualidades pessoais como a autonomia, a capacidade de decisão, a autoconfiança, a cooperação, a criatividade e a socialidade, entre outras” (2012, p. 159).

Neste sentido, considerando os aspectos acima discutidos, o presente trabalho, intitulado “O lugar da educação física no currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental”, tem como foco central reconhecer a importância da Educação Física como componente curricular discutindo as possíveis relações entre esta disciplina e a formação integral e cidadã dos alunos.

Para tanto, pautou-se nos seguintes objetivos: Discutir o espaço da escola como fundamental ao processo de socialização do conhecimento e desenvolvimento; Aprofundar estudos em torno da importância das atividades corporais e motoras na educação integral da criança; Discutir aspectos pedagógicos em torno da organização curricular tendo como foco de observação a inserção da disciplina de Educação Física nos Anos Iniciais, bem como discorrer sobre temas relacionados à formação docente e planejamento do ensino de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para o alcance desses objetivos, foi realizada uma pesquisa fazendo o uso de material bibliográfico e documental. Na qual inicialmente foram analisados vários textos de diversos autores sobre o assunto. Com a intenção de sistematizar a compreensão do tema abordado foi utilizado embasamento teórico de diferentes autores que discutem a questão, dentre eles: Arribas (2002); Betti (1992); Bracht e Colaboradores (2003); Freire (1991 e 1997); Gonçalves (2012); Ghirdelli Junior (1998); Oliveira (1992); Palma (2008); Pereira (2007); Porto (1995); Souza Júnior (2001).

Também foi realizada uma análise nos documentos norteadores das políticas educacionais, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB 9.394/96) e os

Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (PCN's, 1997), buscando compreender como a Educação Física é apresentada nestes documentos.

O trabalho descrito a seguir teve como percurso metodológico a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica segundo Caldas representa a “coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes” (1986, p. 15). Já a análise documental, segundo Ludke e André: “[...] pode-se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (1986, p. 38).

Neste estudo buscou-se discutir e aprofundar conceitos primordiais como: infância, educação integral, tempos e espaços educativos, Educação Física, atividades corporais e currículo dos anos iniciais, para isso foi realizada várias buscas de matérias sobre o assunto.

Para a análise dos dados encontrados, foi percorrido quatro etapas. Inicialmente foi realizada uma pré- análise, uma busca por materiais já escritos sobre o assunto a ser abordado, no Portal do SCIELO (Scientific Electronic Library Online), revistas eletrônicas e em diversos livros. Na sequência foi realizada uma leitura flutuante<sup>1</sup> nos materiais encontrados no primeiro momento, selecionando os que mais condiziam com o trabalho. Em seguida, foi realizada a exploração do material encontrado, com atenção, foram escolhidos e separados de acordo com os objetivos. E por fim, realização da interpretação do referencial teórico trabalhado- os juntamente com os objetivos preestabelecidos.

Esse trabalho justifica-se fundamentalmente pela necessidade de proporcionar mais reflexões sobre a importância do planejamento das práticas educativas da disciplina de Educação Física como dimensões pedagógicas importantes na formação global do aluno, assim como sua legitimidade no contexto escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para apresentar as discussões da temática, o trabalho inicialmente apresenta a introdução onde é descrito os motivos da realização desse trabalho, assim como os processos metodológicos utilizados. Em seguida o trabalho é dividido em capítulos, descrito em dois capítulos e por fim, as considerações finais.

No primeiro capítulo é apresentado questões mais abrangentes sobre o papel da educação em tempos de transformações, reconhecendo espaço escolar enquanto lugar de

---

<sup>1</sup> O termo leitura flutuante aqui é utilizado para descrever uma leitura realizada de forma superficial nos trabalhos encontrados sobre a temática em questão.

excelência para a socialização do conhecimento e de desenvolvimento infantil. Procurando evidenciar os desafios de um processo educativo em seu sentido pleno, considerando-se que na atualidade uma educação que conceba o ser humano na sua integralidade não pode ser considerada como privilégio e sim como direito universal.

No segundo capítulo é dedicado ao contexto da Educação Física Escolar, procurando analisar a importância desta área do conhecimento na composição do currículo escolar, procurando ainda refletir sobre os limites e possibilidades em desenvolver uma proposta que contemple a Educação Física de forma mais relevante e significativa. Além de discorrer sobre a compreensão de uma proposta de Educação Física Cidadã, considerando o que apresenta-se nos PCN's, discutindo quais são os profissionais que desempenham os trabalhos de Educação Física, assim como a importância do planejamento coletivo. Expondo os conteúdos que são apresentados em cada bloco dos PCN's de Educação Física, assim como o ambiente escolar, destacando a importância dos espaços físicos de qualidade e apropriados para desenvolver os conteúdos apresentados no documento citado anteriormente.

Por fim, as considerações finais trazem pontos de fundamental importância para tentarmos superar as concepções cristalizadas que permeiam o ensino de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

## 2. EDUCAÇÃO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

O Brasil passou por um longo processo de modernização e industrialização, proporcionando aos poucos uma grande inserção de mulheres no mercado de trabalho a partir de 1970. Com isso, surge a necessidade de lugares para os filhos das trabalhadoras ficarem durante o horário de trabalho de suas mães.

Inicialmente os espaços que proporcionavam esse atendimento as crianças, eram filantrópicas ou mantidas pelos próprios usuários, as quais apresentavam um caráter assistencialista, visando unicamente o cuidado físico da criança na ausência temporária da família. A figura do “profissional” de educação estava profundamente vinculada à maternidade, a educadora nata, ou seja, os “profissionais” não tinham formação e seu “desempenho pedagógico” era restrito aos cuidados básicos de higiene e princípios de bom comportamento. Deste modo, a concepção educacional presente nestes espaços era inicialmente e exclusivamente o limpar e cuidar.

Entretanto nos últimos tempos a Educação sofreu grandes transformações, um exemplo de transformação é o processo de aquisição de nova identidade das instituições de atendimento voltado às crianças. Assim como preocupações e investimentos por parte da sociedade e dos adultos sobre as infâncias das crianças, preocupações estas que só surgiram com a modernidade.

### 2.1 A INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR

Buscando esclarecer o termo infância, o qual é definido de diferentes formas, faço o uso das palavras de Philippe Ariès (1978), pioneiro em desenvolver análises acerca desta temática. Segundo o autor o termo foi uma invenção da modernidade, constituindo-se numa categoria social construída recentemente na história da humanidade.

Ao analisar imagens de como as crianças eram retratadas antigamente, é possível perceber que as mesmas eram retratadas como adultos em miniaturas (roupas e expressões faciais), vistas como sendo frágeis, carentes, passivas, e que a todo tempo dependiam da ajuda do adulto, concepção que ao longo do tempo foi sendo modificada. Segundo Flores, “não existe só uma infância, existem várias. O conceito de infância foi materialmente construído e continua em construção” (2011. p. 02, apud, Müller 1996b). Ou seja, a infância é algo que

está em construção permanente, e que sofreu alterações durante toda a história da humanidade.

A concepção de criança assim como de infância sofre alterações, e segundo os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil a concepção de criança é “uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época” (V.1, p. 21). Nessa concepção a criança passou a ser vista como sujeito histórico e social que está inserido em diferentes sociedades, as quais se apresentam em constantes transformações.

Perante dessas novas concepções, surge também uma nova visão de criança, completamente distinta da que por séculos existiu. Atualmente, a criança é considerada em todas as suas especificidades, com identidade pessoal e histórica. Um sujeito de direitos, situado historicamente e que necessita ter as suas necessidades sejam elas físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais ou sociais preenchidas, proporcionando assim o seu desenvolvimento integral.

Para o sociointeracionismo, o desenvolvimento está totalmente conectado à aprendizagem, desde os primeiros dias de vida. Desse modo, a aprendizagem conforme Nunes e Silveira “é um processo de apropriação de conhecimentos, habilidades, signos, valores, que engloba o intercâmbio ativo do sujeito com o mundo cultural onde se está inserido” (2009, p. 103).

Este desenvolvimento e aprendizagens citados anteriormente, para Craidy; Kaercher ocorre entre o sujeito e o meio: “a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre sujeito e meio” (2001, p. 27).

Segundo Vygotsky, a aprendizagem é universal e necessária para o desenvolvimento das crianças em diversos aspectos:

[...] a aprendizagem não é em si mesma desenvolvimento, mas uma correta organização de aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem (2005, p. 40).

Nesse sentido, a aprendizagem e o desenvolvimento estão atrelados um no outro, atuando como um movimento complexo, o qual envolvendo muitos outros processos, que levam em consideração o que o aluno já sabe e o que ele ainda poderá aprender, o que se encontra na

Zona de Desenvolvimento Proximal<sup>2</sup> (ZDP). Nessa perspectiva, no ambiente escolar, o aluno é um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, o qual é construído através da interação sujeito e meio.

O construtivismo de Jean Piaget considera o conhecimento humano, construído graças à interação sujeito e meio (físico e social) externo. O desenvolvimento intelectual/afetivo passa por etapas de organização, não sendo inato, nem apenas fruto de estimulações do ambiente (NUNES; SILVEIRA, 2009, p. 17).

Construção e interação que devem ser respeitadas, pois as mesmas ocorrem no decorrer de toda a vida do aluno, em diferentes etapas da mesma. Segundo Basseadas (1999) os estágios descritos por Piaget, não ocorrem com exatidão em suas faixas etárias, de acordo com o mesmo, o desenvolvimento podem correr em momentos e tempos diferentes para cada aluno.

Nas diferentes e inúmeras teorias educacionais, as quais não são o foco nesse momento, é perceptível o quanto a psicologia influencia o pensar e o fazer a educação. Porém muitas destas teorias, às vezes tomadas como verdades únicas, descontextualizadas que visam, segundo Dahlberg; Moss; Pence: “descobrir verdades inatas, objetivas, universais e generalizáveis” (2003, p. 136), deixando de lado assim a relação que está presente entre o aluno e sua cultura.

Entretanto, temos teorias que entendem o sujeito como um sujeito histórico cultural, direcionando desse modo práticas pedagógicas que analisam o contexto social como um todo em que o aluno está inserido. Pois, segundo Libâneo (2001), a educação vai além das paredes das escolas, e que está presente em contextos e espaços sociais diferentes.

## 2.2 EDUCAÇÃO: PARA ONDE ELA CAMINHA<sup>3</sup>?

No que se refere à educação no contexto escolar, Bordieu e Passeron (2008) postulam que a educação perdeu ao longo do tempo o papel de transformadora e democratizadora e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm os privilégios sociais dominantes, produzindo e reproduzindo as desigualdades sociais. Do ponto

---

<sup>2</sup> Distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial, caracteriza o que Vygotsky denominou de Zona de Desenvolvimento Proximal: "A Zona de Desenvolvimento Proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário" (Vygotsky. 1984, p. 97).

<sup>3</sup> Partes da fundamentação teórica sobre a educação e escola é resultado do relatório de estágio em Gestão Educacional, desenvolvido em conjunto com minha colega Vanderli de Quadros, do curso de Licenciatura em Pedagogia, na disciplina de Gestão Escolar, 7º semestre, tendo como orientador o professor Jerônimo Sartori.

de vista dos mesmos, o capital cultural constitui-se como elemento de bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar. Na educação escolar o capital cultural acumulado se dá na forma de conhecimentos apreendidos. Dessa forma, a posse do capital cultural contribui para o êxito escolar e proporciona um melhor desempenho nos processos formais e informais de avaliação.

Pensando a Educação e analisando o contexto em que a mesma se encontra, cabe à escola revisar seu currículo, visto que nessa concepção o currículo é produto de determinados agrupamentos sociais, definindo qual o conhecimento que será transmitido, porém nem sempre esses conhecimentos atendem as necessidades dos alunos. Pois, nessa concepção os alunos tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, além de várias “heranças”, como a postura corporal e a habilidade de falar em público, o que demonstra a perpetuação das desigualdades.

No contexto em que vivemos, a concepção de Educação precisa ser repensada, e para isso trago a concepção da educação crítica de Apple e Gandin (2011), os quais relatam que para entender a educação é necessário nos colocarmos e vermos o mundo através dos olhos dos despossuídos, agindo contra os processos ideológicos e institucionais que reproduzem condições opressoras. E isso nada mais seria do que um reposicionamento, ou seja, o compromisso de cada um com o social.

Vivemos em uma época de mudanças, as quais estão sendo marcadas pelas tendências de práticas e concepções interativas, democráticas e participativas. Diante desse contexto encontra-se a escola que temos atualmente, as quais em sua maioria não correspondem ao modelo ou a instituições que incentivam as interações e participações democráticas.

Canário (2007) aponta que existe um desequilíbrio entre o conhecimento científico e técnico que marca nossa sociedade. Frente a esse desafio se faz necessário práticas e concepções que valorizem uma função crítica e emancipatória. Dessa forma, é necessário que a escola seja repensada, e porque não dizer, o professor e os processos de aprender e ensinar na escola, buscando romper com a relação estabelecida entre o sistema cultural e educacional.

Ao refletirmos sobre a relação existente entre o sistema cultural e educacional, pode-se dizer que ambos são elementos importantes que atuam na manutenção das relações de dominação e exploração na sociedade. Apple frisa o seguinte:

Como um aparelho do estado as escolas exercem papéis importantes na criação das condições necessárias para a acumulação de capital (elas ordenam, selecionam e certificam um corpo discente hierarquicamente organizado) e para legitimação (elas mantêm uma ideologia meritocrática imprecisa e, portanto, legitimam as formas necessárias para a recriação da desigualdade) (1989, p.31).

As necessidades de acumular capital podem contradizer as necessidades de legitimação, o que muitas vezes gera um conflito de uma contra a outra.

Se tomarmos por base que a escola necessita ensinar os alunos a serem sujeitos críticos, o motivo seria as necessidades de manter uma sociedade dinâmica, porém ao desenvolver a capacidade crítica, é preciso ter o discernimento de que a mesma capacidade pode servir para desafiar o capital. E esses conflitos permeiam as instituições educacionais.

Bourdieu e Passeron postulam que existe uma ilusão da neutralidade e independência do sistema escolar em relação à estrutura das relações de classe, conforme afirmação:

eis aí um dos mecanismos que permitem à instituição escolar atrair para a carreira de ensino os estudantes procedentes de classes médias ou da fração intelectual da grande burguesia, desviando-os de aspirar e levar-se noutras hierarquias, por exemplo a do dinheiro ou do poder, e, ao mesmo tempo, de tirar de seus títulos escolares o proveito econômico e social que deles obtêm os estudantes originários da grande burguesia [...], que estão em melhor posição de relativizar os julgamentos escolares (2008, p. 178).

Desse modo, a probabilidade de ter acesso a qualquer ordem de ensino está ligada a uma classe, a escola é vista como um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para a outra. Com isso, as classes populares muitas vezes são atraídos por uma falsa aparência de homogeneidade, o que posteriormente acaba em um destino escolar mutilado. Diante disso, a escola pode, pela única maneira concebível numa sociedade que proclama por ideologias democráticas, contribuir para a reprodução da ordem historicamente estabelecida.

Diante desses desafios da educação, para que a escola possa promovê-la a todos com qualidade, inserindo cada vez mais a cultura local nas salas de aula, é imprescindível que se tenha profissionais capazes de através de uma gestão do campo pedagógico produzir conhecimentos significativos. Oferecendo, deste modo, sentido para a vida social com base na cultura em que vivem.

### 2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DIREITO DA CRIANÇA

A obrigatoriedade do período de escolarização do Ensino Fundamental para nove anos hoje é uma realidade. Para tanto agora mais do que nunca se faz necessário que sejam implementadas políticas que levem a transformações significativas na estrutura da escola; na reorganização dos tempos (horários) e dos espaços escolares entre tantas outras coisas.

A legislação educacional brasileira especialmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), já sinalizava para um ensino obrigatório de nove anos de duração, iniciando-se aos seis anos de idade, essa obrigatoriedade se concretizou com a instituição da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006.

Entretanto, tal implantação política não pode ser vista como se fosse apenas aumento de tempo das crianças na escola, mas sim possibilidades de uma aprendizagem mais significativa. E é nessa perspectiva de mudanças qualitativas e não quantitativas, que vivenciamos e presenciamos a entrada de crianças de 6 anos no Ensino Fundamental. No documento de Orientações Gerais para a implementação do Ensino Fundamental de nove anos descreve como deve ser esse ensino:

No entanto, não se trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, mas de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos em um Ensino Fundamental de nove anos, considerando o perfil de seus alunos. O objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla (Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação Geral do Ensino Fundamental de Nove Anos– Orientações Gerais p.16).

Porém, a ampliação do tempo escolar é insuficiente na perspectiva de formação integral, passando também pela ampliação de oportunidades de situações de aprendizagem. O reconhecimento de atividades que envolvem o movimento, as brincadeiras e a fantasia são importantes se considerarmos a formação do ser humano em suas múltiplas dimensões.

Freire (1991) apontou uma linguagem, que segundo ele mais tarde iria se concretizar, a “linguagem de imobilidade e de silêncio”. Linguagem essa que pude perceber que realmente estão presentes nas escolas através de experiências obtidas como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Quando pensamos em movimento no ambiente escolar pensamos em uma das disciplinas nem sempre reconhecida pelas escolas e professores. Entretanto, as aulas de Educação Física geralmente são consideradas muito atrativas para os alunos.

Em seus estudos Arribas (2002) aponta que a criança têm necessidade de se movimentar, porque é através do movimento que constitui sua qualidade de ser vivo, apontando assim a importância da realização das aulas de Educação Física no âmbito escolar. Pois para muitas crianças o momento de se movimentar muitas vezes acontece somente nas aulas de Educação Física, já que atualmente as crianças passam mais tempo em frente a televisão, computadores e videogames.

Além disso, Porto (1995) aponta que é nesses momentos de movimentos e brincadeira, que o professor pode observar a criança para conhecê-la melhor, pois segundo o mesmo autor, enquanto brinca a criança expressa sentimentos, desejos e frustrações.

Lima; Rangel e Betti (2002) apontam que as aulas de Educação Física precisam ser planejadas com base em objetivos específicos, com intencionalidade, de maneira interdisciplinar e, principalmente, preocupada com o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas dos alunos, assim sendo, não é qualquer atividade que deve ser desenvolvida nas aulas de Educação Física.

De acordo com Freire (1997), qualquer criança pode viver sem as aulas de Educação Física e sem as demais disciplinas que fazem parte dos componentes curriculares das escolas. Porém, se as atividades de Educação Física assim como atividades de qualquer disciplina forem desenvolvidas de maneira que estejam baseadas em uma sistematização que visem oportunizar o desenvolvimento das competências dos alunos, essas atividades contribuirão para a formação dos mesmos, passando assim ser uma aula que trará muitos benefícios, talvez passando a ser vista como sendo de fundamental importância para o seu desenvolvimento integral.

No entanto, temos um obstáculo a ser superado para que esse desenvolvimento aconteça, esse obstáculo é a atitude que muitos professores acabam tendo com relação à possibilidade ou não das crianças participarem das aulas de Educação Física. De acordo com Bracht e Colaboradores (2003) é comum a utilização das aulas de Educação Física pelos professores polivalentes<sup>4</sup> (regentes) como compensação pelo comportamento dos alunos ou pela realização das tarefas escolares dadas em sala de aula. Tarefas as quais muitas vezes são consideradas no contexto escolar como sendo mais importantes diante as aulas de Educação Física.

---

<sup>4</sup> O termo professor polivalente aqui é usado para se referir ao professor regente, sujeito capaz de apropriar-se e articular os conhecimentos básicos das diferentes áreas do conhecimento que compõem atualmente a base comum do currículo nacional dos anos iniciais do Ensino Fundamental, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar.

A Educação Física é um componente curricular obrigatório decretado na seção I, art. 26, parágrafo 3º da LDB (9.394/96), ponto que será discutido mais a frente. Sendo esse obrigatório o mesmo deve ser percebido como um direito de todos os alunos, independente se conseguiu ou não realizar as atividades tidas como mais importantes em seus tempos determinados.

### 3. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Pensando como os currículos escolares estão estruturados atualmente, pode-se considerar que algumas disciplinas são mais valorizadas tanto pela escola como pelos pais das crianças.

No âmbito do currículo não somente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas até mesmo nos demais níveis de ensino, as disciplinas que possuem maior status, como por exemplo, português, matemática, são disciplinas que recebem uma divisão de carga horária (tempo) mais generosa.

De acordo com Forquin: “No interior de um mesmo currículo, certas matérias 'contam' verdadeiramente mais que outras, seja por seus horários, seja por seus pesos relativos na avaliação que é feita dos alunos (como se vê, por exemplo, com o jogo dos coeficientes nos exames)” (1992, p. 42).

Segundo Souza Júnior as aulas de Educação Física são entendidas como: “o “curinga curricular”, pois suas aulas são tomadas/negligenciadas em função de outras atividades curriculares, por exemplo, ensaios para festividades de datas comemorativas” (2001, p. 84).

Ponto que afeta e contribui para a concepção histórica de como a Educação Física se constituiu e continua se constituindo dentro do espaço escolar, isto se apresenta de forma preconceituosa relegando esta disciplina a uma posição inferior na hierarquia dos saberes. Desconsiderando sua contribuição no processo de desenvolvimento do aluno se comparadas às outras disciplinas mais favorecidas por carga horária mais elevada.

Além disso, é comum observar a desigualdade de investimentos no que concerne a disponibilidade de materiais e espaços físicos para prática de atividades físicas, onde em muitos casos não são colocadas no mesmo nível de prioridade quando comparados a outras áreas.

Porém, quando falamos em hierarquia de saberes escolares, aqui em especial os conhecimentos de Educação Física devemos ter em mente que essa hierarquia foi e ainda é construída, tanto pelo modo que se é pensado e posto em prática o currículo escolar, como são desenvolvidas as práticas dos professores de Educação Física ou polivalentes (regentes), assim como a mesma não é pensada nas reuniões de planejamentos que as escolas fazem.

Assim sendo, o professor precisa deixar claro para os alunos o que é realmente uma aula de Educação Física. Os alunos precisam ter clareza para que serve e o que é uma aula de Educação Física, rompendo com a visão que muitas pessoas possui sobre a mesma, que não

percebem uma intencionalidade educativa e pensam tratar-se de uma prática isenta de conteúdo.

Acredito que para superar a hierarquia de saberes existentes entre as disciplinas, aqui em especial a de Educação Física, é necessário que os professores sejam capazes de defender e mostrar que a mesma é capaz de produzir conhecimento tanto como as demais disciplinas. Além de contar com o apoio da escola para rever o currículo escolar tentando superar o “abismo” existentes entre os saberes escolares.

### 3.1 O CURRÍCULO E A EDUCAÇÃO FÍSICA

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, na Resolução CNE/CEB nº 4/2010), no seu art. 13, § 2º apresenta uma das maneiras de se conceber o currículo é entendê-lo como constituído pelas “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (BRASIL, 2010. p. 824).

Sabemos que cabe primordialmente à instituição escolar a socialização do conhecimento e a recriação da cultura. Mas o que seria conhecimento? E qual a melhor maneira para transmiti-lo aos alunos respeitando sua “bagagem” cultural, suas subjetividades, enfim, suas experiências fora do contexto escolar.

Conhecimentos escolares podem ser compreendidos como conjunto de conhecimentos que a escola seleciona e transforma, no sentido de torná-los passíveis de serem ensinados, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação integral do aluno.

Por isso, ter como foco as experiências escolares significa que as orientações e propostas curriculares só terão concretude por meio das ações educativas que envolvam os alunos, de forma que abranjam a todos, para isso os conhecimentos produzidos nos diversos contextos, seja escolar ou não, são recontextualizados de acordo com o contexto em que as instituições escolares se encontram.

Uma vez que as escolas são instituições destinadas à formação das crianças, jovens e adultos, os conhecimentos escolares dos diferentes componentes, trazem junto consigo um sentido moral e político. Portanto o acesso ao conhecimento escolar desenvolve habilidades intelectuais e pode criar atitudes e comportamentos necessários para a vida em sociedade.

O aluno precisa aprender não apenas os conteúdos escolares, mas também saber se movimentar na instituição pelo conhecimento que adquire de seus valores, rituais e normas, ou seja, pela familiaridade com a cultura da escola. É preciso, pois, que a escola expresse com clareza o que espera dos alunos, buscando coerência entre o que proclama e o que realiza, ou seja, o que realmente ensina em termos de conhecimento.

Os alunos provenientes de grupos sociais cuja cultura é muito diferente daquela da escola, encontram na diferença dificuldades entre o que é cobrado e o que é ensinado. Eles precisam fazer um esforço muito maior do que os outros para entender a linguagem da escola, já que algumas instituições pressupõem que certos conhecimentos que ela não ensina são do domínio de todos, quando na verdade não são, fato que às vezes acaba excluindo alunos que encontram dificuldades na compreensão do que está sendo ensinado.

Tal visão é compartilhada por Moreira “[...] conhecimentos são produtivos, capazes de qualificar determinados estudantes e desqualificar outros para a cidadania” (2005. p. 40), fato que acaba sendo uma forma de exclusão, pois quem tem qualificação são mais valorizados, já os que possuem pouca ou nenhuma qualificação são deixados de lado, ou seja, excluídos.

A escola é a principal e, muitas vezes, a única forma de acesso ao conhecimento sistematizado para a grande maioria da população. Fato que acaba aumentando a responsabilidade do Ensino Fundamental na sua função de assegurar a todos a aprendizagem dos conteúdos curriculares capazes de fornecer os instrumentos básicos para a plena inserção na vida social, econômica e cultural do país, ou seja, assegurar uma formação plena e de boa qualidade para todos os sujeitos que desejarem obter novos conhecimentos que vão além da sua realidade.

Segundo Gadotti (2000), a educação escolar sofreu mudanças, bem como as perspectivas teóricas e conceitos que norteiam a prática da mesma. E estas mudanças também ocorrem no ensino de Educação Física, a qual historicamente sempre sofreu preconceitos, principalmente por ser confundida como sendo ginástica, vista como simples repetição de movimentos, sem a preocupação com a fundamentação teórica.

A introdução da Educação Física oficialmente na escola ocorreu, no Brasil, em 1851, com a reforma Couto Ferraz, embora a preocupação com a inclusão de exercícios físicos na Europa, remonte ao século XVIII, com Guths Muths, J.J. Rousseau, Pestalozzi e outros. Em reforma realizada, por Rui Barbosa, em 1882, houve recomendação para que a ginástica fosse obrigatória, para ambos os sexos, e que fosse oferecida para as Escolas Normais. Todavia, a implantação, de fato, dessas leis ocorreu apenas em parte no Rio de Janeiro (capital da República) e nas escolas militares (BETTI, 1991, APUD DARIDO, RANGEL, 2008, p. 02).

Além de ser confundida como sendo ginástica, segundo Ghiraldelli Jr. (1998) a Educação Física, por um longo, tempo teve como base cinco tendências pedagógicas: higienista, militarista, pedagogicista, competitivista e popular, as quais não são o foco nesse momento. Ainda permeiam a concepção de muitos profissionais que atuam na área, sendo assim, algumas dessas tendências, mesmo que com menor força, permanecem até os dias de hoje.

Souza Júnior ao refletir sobre a Educação Física como parte do currículo aponta a mesma como sendo um componente curricular que precisa ser mais valorizado.

A Educação Física é um componente curricular?... Sim! A história vem mostrando que sim... É imprescindível que se supere o status de marginalidade assumido/dedicado à Educação Física no interior do currículo escolar e que se busque um reconhecimento de componente curricular importante para o processo de formação humana, em que o saber e o fazer constituem-se como um par dialético. É importante que, juntos, transformemos tal possibilidade em realidade e possamos, assim, escrever um novo capítulo da História (2001, p. 90).

Ao longo da história da Educação Física no Brasil preocupações referentes ao ensino da mesma começaram a ganhar dimensões maiores. Sendo que uma dessas preocupações é firmar que a Educação Física é importante no âmbito escolar, assim como as demais disciplinas. Pois, a permanência desta situação de descaso e negligência no tratamento pedagógico nas aulas de Educação Física colaborará com a perda de espaço deste componente no âmbito escolar, além de suscitar dúvidas acerca de sua importância.

Muitos são os fatores que contribuem para isso, sendo que um desses fatores é o processo de integração dos professores da Educação Física, com os das demais áreas do conhecimento escolar. Apesar desse professor não atuar especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental na região do Alto Uruguai.

A falta de interação do professor de Educação Física com todos os professores das diferentes áreas e níveis de ensino nos momentos de planejamentos e discussões no âmbito escolar, acaba dificultando a compreensão dos professores das outras disciplinas sobre a importância da Educação Física. Pois, partindo das experiências que já tive através das intervenções e estágios realizados ao longo do curso de Licenciatura em Pedagogia, a participação dos professores de Educação Física nas reuniões pedagógicas, cursos de formação e planejamentos não foram presenciadas. Dessa forma esse distanciamento entre os professores das diferentes disciplinas impede a realização de um trabalho interdisciplinar que poderia romper com a fragmentação existente entre os conteúdos escolares.

Para Oliveira a Educação Física não pode continuar sendo vista como mera atividade, mas como disciplina.

[...] Se entendermos a Educação Física enquanto atividade ela continuará a se desenvolver sem a preocupação de transmitir e produzir conhecimento. Servirá apenas para a ocupação de um momento específico onde as pessoas se utilizarão da mesma com o propósito de performance. [...] Entretanto, se considerarmos a Educação Física enquanto disciplina a mesma deverá passar e produzir um conhecimento consistente e significativo às pessoas, que seja útil e válido para suas vidas (1992, p. 03).

A Educação Física entendida como simples atividade pela comunidade escolar, com o tempo acabará sendo vista como algo que não tem muito valor. Algo que não precisa ser trabalhado com os alunos, uma disciplina que não é tão importante como, por exemplo, português ou matemática. Entretanto para Betti e Zuliani:

A Educação Física deve assumir a responsabilidade de formar um cidadão capaz de posicionar-se criticamente diante das novas formas da cultura corporal de movimento... A Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la (2002, p. 75).

Ter clareza que não basta trabalhar somente com as habilidades físicas dos alunos é o ponto principal para compreendermos que os alunos, precisam aprender a se organizar seja individualmente ou coletivamente. Pois saber trabalhar em grupo é de fundamental importância.

Dessa forma, o desenvolvimento das aulas de Educação Física também poderiam contribuir e proporcionar mais possibilidades para que os alunos sejam capazes de se organizar e praticar esportes coletivos, respeitando as regras e os demais participantes, além de trabalhar em grupo independente da aula que está sendo ministrada.

### 3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Ao longo da história da humanidade, a concepção de homem o divide em duas dimensões, corpo e alma. Essa visão acaba separando o corpo da mente, assim o pensar e fazer também. Essa separação acaba por muitas vezes influenciando a vida humana e, no caso da educação, cooperando para a fragmentação do currículo escolar, valorizando mais o cognitivo e deixando defasado o trabalho nos pontos afetivos e motores.

A educação como um todo em especial a disciplina de Educação Física precisa compreender os alunos em sua totalidade, sem separá-lo em corpo e mente. Compreender o corpo do aluno em sua totalidade significa compreender que o mesmo é capaz de pensar, sentir e agir ao mesmo tempo.

Nesse caso a prática das atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física são fundamentais para proporcionar momentos para que os alunos possam desenvolver hábitos saudáveis, convívio social, conhecimento do próprio corpo. O professor seja ele com formação específica em Educação Física ou não, deve proporcionar atividades que desenvolvam as capacidades motoras, psicológicas e emocionais, a fim de facilitar e possibilitar um maior crescimento na vida do aluno.

Pois, o desenvolvimento motor acontece ao longo da vida de qualquer pessoa, sendo que na infância é a fase desse desenvolvimento mais importante, é onde se inicia a desenvolvimento das habilidades motoras básicas como correr, andar, saltar, arremessar entre outras, sendo que esses movimentos vão se aprimorando durante a vida. Beresford aponta que:

A Educação Física deve privilegiar, acima de tudo, o humano. É ver além do percebido; é enxergar o movimento carregado de intenções, de sentimentos, e de inteligência; é ver o rumo do movimento, sempre na direção de buscar no mundo, as partes que faltam ao Homem para ser ou vir a se tornar Humano (2002, p. 110).

Porém, conceber o corpo na sua totalidade não basta, é preciso que o professor, que tem um papel fundamental de mediação, compreenda a forma como os sujeitos lidam com o próprio corpo, pois essa relação com o próprio corpo varia de pessoa para pessoa, pois é o corpo que revela a singularidade de cada pessoa, influenciada pelo seu contexto cultural. Sendo assim, o professor precisa conhecer a si mesmo e a maneira como seus alunos se relacionam com seus corpos para poder privilegiar o desenvolvimento dos mesmos na sua totalidade.

Sabe-se que todos os alunos possuem semelhanças biológicas, entretanto possuem diferenças entre si. As quais podem ser frutos do meio em que estão inseridas e de suas experiências. Oliveira reforça essa ideia ao relatar que: “É extremamente importante que o professor de Educação Física entenda bem o que é a criança, como ela se move como ela aprende e como manifesta suas emoções e sentimentos [...]” (2002, p. 41). Assim, o professor seja qual for sua área de atuação precisa entender as dimensões de aprendizagem dos alunos.

Segundo Alves (2004) o corpo é uma construção social e política. Este é um produto e produtor de cultura construído ao longo da vida de cada pessoa. Assim sendo, o professor de

Educação Física também precisa conhecer o contexto educacional e social em que seus alunos estão inseridos, para problematizar e proporcionar momentos de conhecimentos sobre o corpo e suas manifestações, tendo sempre em mente a busca da qualidade educacional, de vida e convívio social.

### 3.3 EDUCAÇÃO FÍSICA CIDADÃ

Um dos temas bastante discutidos atualmente é a formação para a cidadania, tendo em vista que esta é a principal dimensão presente nos objetivos da Educação Básica. De acordo com a legislação educacional vigente, é preciso assegurar a todos os alunos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A LDB (9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) trouxeram grandes mudanças para a educação no Brasil. Sendo que uma das principais está na própria justificativa para a elaboração dos PCN's, o qual elege a cidadania como eixo principal da educação escolar. Estes têm como principal função subsidiar a elaboração curricular das escolas, ajustando-as com as propostas e experiências já existentes. Além de incentivar a discussão pedagógica nas escolas, elaboração de projetos educativos, e servir de material de reflexão para a prática dos professores de todo o Brasil.

De acordo com Silva sobre a cidadania, a

[...] escola é um espaço privilegiado desse processo de conscientização ao trabalhar com o conhecimento, valores, atitudes e formação de hábitos. Entendemos que a educação para formação da cidadania não pode ser vista como solução para todos os males da sociedade, pois a educação engendra-se no conjunto da sociedade e, conseqüentemente, reflete o modelo que a mesma se estrutura. Por outro lado, a educação para cidadania é um sonho possível, sim, se acreditarmos que a história é feita pelos homens e que, portanto, está em permanente modificação e reconstrução (1997-1998, p. 220).

Pensando na prática pedagógica dos professores e da minha, desenvolvida enquanto estagiária, pude perceber que há uma grande dificuldade para se trabalhar esse conteúdo nas aulas de Educação Física. Conforme discutido anteriormente, devido ao fato da disciplina ter assumido ao longo da história, características a qual limita a mesma apenas ao aspecto motor e fisiológico, características que os alunos acabaram aceitando como verdadeiras e únicas, dificultando a execução da mesma de maneira mais aprofundada.

Tentando superar essa visão histórica que limitava a Educação Física com preocupações apenas em aspectos fisiológicos e técnicos, hoje se considera também as dimensões culturais, sociais, políticas e afetivas do aluno enquanto cidadão, concepção esta enfatizada, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Assim sendo, passa a ser finalidade da Educação Física construir caminhos metodológicos de ensino e aprendizagem que visem o desenvolvimento integral dos alunos. Além disso, o papel do professor de Educação Física escolar é desenvolver não só as capacidades físicas dos alunos, no aspecto motor, mas também preparar cidadãos críticos.

Mas afinal o que é ser cidadão? De acordo com Betinho:

Cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Tudo o que acontece no mundo, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação (...). A ideia de cidadania ativa é ser alguém que cobra, propõe e pressiona o tempo todo. O cidadão precisa ter consciência de seu poder (apud MATTÁ, 2007, p. 11).

Sendo assim, ensinar o aluno a ser cidadão é, entre outras coisas, orientá-lo a agir com autonomia moral e capacidade de analisar e eleger valores para si, conscientemente e livremente.

A Educação Física na escola deve permitir que os alunos vivenciem as mais variadas formas de movimentos, favorecendo a socialização de diferentes atividades e manifestações culturais. Certamente realizar e refletir sobre estas práticas contribuem com a construção de autonomia e a posição crítica frente ao mundo. Também pode-se ressaltar uma questão fundamental em relação ao direito de todos indivíduos de usufruir da produção cultural que a humanidade já produziu, como por exemplo, o direito às práticas esportivas e de lazer.

Conforme é ressaltado nos PCN's da Educação Física:

A concepção de cultura corporal amplia a contribuição da Educação Física escolar para o pleno exercício da cidadania, na medida em que, tomando seus conteúdos e as capacidades que se propõe a desenvolver como produtos socioculturais, afirma como direito de todos ao acesso a eles. Além disso, adota uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, a cooperação, a participação social e a afirmação de valores e princípios democráticos. O trabalho de Educação Física abre espaço para que se aprofundem discussões importantes sobre aspectos éticos e sociais (1997, p. 28).

Para que seja possível orientar os alunos para a formação cidadã é preciso esforços que visem promover a construção de estratégias de ensino, em especial na área de Educação

Física, que sejam cuidadosamente pensadas para que possam ir ao encontro das reais necessidades dos alunos.

### 3.4 OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Um professor, quando adquire a sua habilitação profissional, está longe de ser considerado um profissional pronto e acabado, pois os conhecimentos que foram adquiridos ao longo da sua formação inicial, não serão suficientes para o exercício da sua função. Fato esse que exige uma constante busca de aquisições de novos conhecimentos nas diferentes áreas do saber. Manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes é alguns dos principais desafios da profissão de professor. Concluir o magistério ou a licenciatura é apenas uma das etapas do longo processo de capacitação que não pode ser interrompido enquanto houver alunos querendo aprender.

Sabe-se que a obrigatoriedade da Educação Física, está decretada na seção I, art. 26, parágrafo 3º da LDB: “a Educação Física, integrada à proposta da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996).

A formação do profissional na educação básica, a qual segundo a LDB (9.344/96) art. 62, o profissional nessa área precisa ter formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A LDB (9.344/96) determina que a Educação Física deva estar integrada à proposta pedagógica da escola. Porém, no Estado do Rio Grande do Sul ainda não se tem uma definição de quem deve ser o professor responsável pelas aulas dessa disciplina. Educação Física é um componente curricular obrigatório da Educação Básica, a qual nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, normalmente é ministrada, por docentes habilitados em Magistério e/ou Pedagogia, que dão conta de trabalhar com todos os componentes curriculares.

Nesse aspecto pergunto: Qual professor seria o mais recomendado pra ministrar as aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Para discutir esse ponto apresento a opinião de Pereira (2007). A autora apresenta dois grupos. No primeiro grupo a autora apresenta um professor especialista da área, e no segundo grupo, um professor polivalente. Para a autora não há diferenças entre o professor polivalente e o professor especialista, pois independente da formação do profissional, a ação primordial é a garantia da qualidade.

É claro que se o professor regente do Estado do Rio Grande do Sul pudesse contar com o apoio de um professor da área de Educação Física, para planejar suas aulas seria muito bom. Porém, sabemos que os professores regentes do Estado do Rio Grande do Sul precisam exercer sua profissão abordando todas essas disciplinas, as quais devem ser desenvolvidas com qualidade independente de sua formação.

Educar, portanto, demanda a compreensão e a busca de uma formação contínua, permanente e uma aprendizagem constante independente da formação. O desenvolvimento profissional é um processo complexo e que normalmente, são associados primeiramente a cursos, mas esse processo pode ir, além disso. Ocorre também de outras formas, como por exemplo: através de atividades de projetos; trocas de experiências e práticas reflexivas no coletivo.

Estas vivências profissionais proporcionam conhecimentos aos professores que não podem ser adquiridos (ou ensinados) nas instituições de formação, mas que são elaborados, em contextos reais, pelos próprios professores num processo de reflexão colaborativo. As produções de práticas educativas eficazes surgem com a reflexão das experiências pessoais compartilhadas entre os colegas, pois a bagagem teórica que os professores possuem terá pouca utilidade, se não for feita uma reflexão constante sobre as mesmas.

Saber trabalhar em grupo é mais uma competência que o professor deve ter, pois é através de equipes de trabalho que vão consolidar sistemas de ação coletiva. Não se trata de adesões ou ações individuais, mas da construção de culturas de cooperação. O esforço de pensar a profissão em grupo implica a existência de espaços de partilha além das fronteiras escolares. Trata-se da participação em movimentos pedagógicos, da presença em dinâmicas mais amplas de reflexão e da intervenção no sistema de ensino.

A troca e partilha de experiências e saberes possibilita a consolidação de espaços de formação mútua. Deste modo, se torna relevante a ideia de Nóvoa quando afirma que “a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando” (1995, p. 26).

Este sustenta também que as práticas de formação referenciadas em dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes. Portanto, o diálogo entre os professores é imprescindível para a consolidação dos saberes que emergem da prática profissional, além de possibilitar a socialização profissional, bem como a afirmação de valores próprios da profissão. Mediante o diálogo, o professor cria propostas de intervenção originais, lançando mão de recursos e conhecimentos pessoais e disponíveis no contexto, integrando saberes, sensibilidade e intencionalidade.

A partilha de saberes e conhecimento profissional é um processo capaz de conduzir a uma transformação de perspectiva nos processos de formação e a uma produção pelos próprios professores, de saberes críticos-reflexivos. Configurando-se, como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes e das respectivas instituições escolares, uma vez que supõe condições que possibilitem formação continuada no próprio local de trabalho.

Dessa forma, é necessário que o professor reflita a sua prática, tendo clareza do que é a reconstrução do movimento constante que ocorre dentro da escola, o sucesso, as qualidades, as limitações, os tropeços, estabelecendo uma visão crítico-reflexiva sobre a ação, comprometendo-se, deste modo, com a educação tentando na medida do possível transformá-la.

E é neste contexto escolar que estão inseridos os alunos, professores e funcionários em geral, seres humanos que na medida do possível fazem planejamentos sobre a vida, realização de tarefas, entre tantas outras coisas. Planejamentos estes que ajudam e norteiam suas vidas, suas realizações pessoais e/ou profissionais.

### 3.5 PLANEJAMENTO

Toda ação educativa pode e deve partir e levar em conta a “bagagem” de conhecimentos que os alunos trazem para a escola. Porém quando partirmos do conhecimento do aluno não significa que não será necessário fazer planejamentos sobre o que será trabalhado (ensinado).

Para que o professor possa atender as necessidades dos seus alunos ele precisa planejar suas aulas. A primeira atitude a fazer é uma investigação, fazer uma sondagem sobre o

contexto em que se encontram os seus alunos; qual é o nível de aprendizagem em que estão e quais as dificuldades existentes. Antes de começar o seu trabalho, o professor deve considerar as verdadeiras possibilidades dos seus alunos e a realidade de cada aluno em particular, oferecendo condições para o seu desenvolvimento. A partir disso, o professor tem condições de elaborar seu plano de ensino, fundamentado em fatos autênticos e significativos dentro do contexto escolar.

Além disso, é importante considerar o desenvolvimento e os interesses dos estudantes. Os alunos, dependendo das suas faixas etárias, vão apresentar certas dificuldades e/ ou potencialidades cognitivas, afetivas e motoras. E é nesse processo, que torna-se importante a seleção e organização de conteúdos adequados aos níveis de desenvolvimento e motivação dos alunos com os quais está se trabalhando.

E para sabermos se os conteúdos são adequados é preciso conhecer, primeiramente, a realidade dos alunos e o estágio que se encontra a sua aprendizagem. Realizar um planejamento que busque suprir as necessidades de conhecimento dos mesmos e por último uma avaliação desse planejamento que foi realizado, para ver o que deu certo e o que não deu, além das coisas que precisam melhorar.

O planejamento faz parte de um processo constante através do qual a preparação, a realização e o acompanhamento estão intimamente ligados. Quando se revisa uma ação realizada, prepara-se uma nova ação num processo contínuo e sem cortes. No caso do planejamento de ensino, uma previsão bem feita do que será realizado em classe, melhora muito o aprendizado dos alunos e aperfeiçoa a prática pedagógica do professor. Por isso é que o planejamento deve estar “recheado” de intenções e objetivos, para que não se torne um ato meramente burocrático, como acontece em muitas escolas.

A maneira de planejar não deve ser mecânica, repetitiva, pelo contrário, é preciso pensar constantemente, qual o objetivo que se quer atingir, o que se está planejando e para quê vão servir as ações. Pensar e repensar um planejamento já aplicado, ou que será aplicado, é muito importante para ter noção do que é preciso melhorar ou mudar.

Pensando no planejamento escolar, o qual é uma atividade normativa, que auxilia no desenvolvimento e planejamento dos conteúdos serem trabalhados durante o ano, normativa descrita na LDB (9.394/96). Nesta descrição a escola e os professores têm papéis definidos na realização do planejamento, o art. 12, a lei deixa claro que os estabelecimentos de ensino, tem como incumbência elaborar e executar sua proposta pedagógica, já no art. 13 descreve a

incumbência dos docentes, a qual é de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Sendo assim, o planejamento além de normativo deve ser visto como possibilidades de rever o que está sendo trabalhado, e se o mesmo precisa ser reformulado buscando melhorar o que já está planejado, pois segundo Veiga planejar é “lançarmo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente” (2002, p.01).

E é nesta busca por mudanças significativas, visando à melhora do que já tá planejado, que o professor, independente da sua área de atuação deve participar, dando sua opinião, sugerindo alternativas para o novo planejamento, enfim, contribuir de forma significativa buscando melhorar o seu, e os demais planejamento pedagógico sejam eles de ensino ou de aula. Sendo assim, ao momento que se trabalha com a concepção descrita acima, e a importância de se fazer um planejamento coletivo e participativo as mudanças só serão consequências positivas. Mudanças que devem ser almejadas por todos os professores em conjunto, independente de sua área de atuação.

### 3.6 O AMBIENTE ESCOLAR E AS ATIVIDADES MOTORAS

O ambiente escolar, aqui é compreendido como sendo espaços físicos, recursos físicos e humanos. Sendo que estes são de fundamental importância, uma vez que este faz parte do convívio diário dos alunos, o qual deve ser convidativo, atrativo e de boa qualidade, independente se é na educação de meio turno ou em Tempo Integral. Pois, segundo a LDB (9.394/96) (Título III) o Estado tem o dever de garantir "padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem".

Se analisarmos a lei citada anteriormente podemos afirmar que todo e qualquer aluno tem o direito aos mesmos serviços, no mesmo padrão de qualidade, independentemente da sua localização ou do tamanho da instituição de ensino que frequentem. Porém, sabemos que isso muitas vezes não acontecesse, a prestação de serviço educacional, analisando as escolas públicas brasileiras, acaba beneficiando de forma diferenciada os alunos que nelas estudam.

E é nesse ponto que encontramos atrelada a problemática situação que se encontra a Educação Física Escolar. Tal relação é feita pela situação precária em que se encontra a estrutura física de muitas escolas, bem como as más condições dos materiais didáticos ou até mesmo a falta de materiais necessários para desenvolver um bom trabalho na área.

Diante dessa realidade temos os PCN's de Educação Física (1997), os quais preocupados com a garantia e coerência com de efetivação dos objetivos, criam critérios para a seleção dos conteúdos propostos, de acordo com: sua relevância social; características dos alunos e características da própria área. Além de ser criado o critério de seleção dos conteúdos, os mesmos foram organizados em três blocos.

Estes blocos são apresentados da seguinte forma: I Conhecimentos sobre o corpo; II Esportes, jogos, lutas e ginásticas; III Atividades rítmicas e expressivas. Este conjunto de conteúdos deverão ser desenvolvidos ao longo de todo Ensino Fundamental.

De acordo com o mesmo documento os três blocos articulam-se entre si, têm vários conteúdos em comum, mas cada um com suas especificidades. O primeiro bloco sobre conhecimento sobre do corpo diz respeito aos conhecimentos e conquistas individuais que subsidiam as práticas corporais expressas nos outros dois blocos e fornecem recursos para o indivíduo gerenciar sua atividade corporal de forma autônoma. Também fazem parte deste bloco os conhecimentos sobre os hábitos posturais e atitudes corporais.

O segundo bloco que abrange esportes, jogos, lutas e ginásticas, considera esporte a práticas em que são adotadas regras de caráter oficial e competitivo, organizadas em federações regionais, nacionais e internacionais que regulamentam a atuação amadora e a profissional, as quase envolvem condições espaciais e de equipamentos sofisticados. São exercidos com um caráter competitivo, cooperativo ou recreativo em situações festivas, comemorativas, de confraternização ou ainda no cotidiano, como simples passatempo e diversão. Contudo, a escola deveria dar mais prioridade ao caráter educativo e cooperativo nestas atividades.

E por fim, tem o bloco das atividades rítmicas e expressivas, inclui as manifestações da cultura corporal que têm como características comuns à intenção de expressão e comunicação mediante gestos e a presença de estímulos sonoros como referência para o movimento corporal.

E perante tantos conteúdos a serem trabalhados com alunos das mais diversas escolas públicas do Ensino Fundamental, um ponto de extrema importância vem à tona, a presença de espaços físicos apropriados para a Educação Física.

Estes espaços, assim como material didático é de extrema importância para o educando, pois segundo Vinõa e Escolano: "a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja por si mesma, bem explícita ou manifesta" (2001, p. 45).

Além do espaço físico, material didático, a formação do professor é de fundamental importância nesse cenário que obriga os professores estarem em constantes adaptação aos espaços escolares onde desempenham sua função de educador. Pois, as transformações que ocorrem na sociedade também chegam às questões da área educacional.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização da presente pesquisa foram encontradas dificuldades em encontrar materiais que discutissem o tema em questão. Entretanto, a mesma trouxe muitos aprendizados, indicando que ser um professor comprometido com uma educação de qualidade para todo e qualquer aluno, é estar sempre disposto a superar desafios, buscando aperfeiçoamento constante independente da modalidade de ensino em que se atua.

A mesma sinalizou que alguns objetivos por sua relevância necessitam ser mais discutidos como, por exemplo: aprofundar estudos em torno da importância das atividades corporais e motoras na educação integral do aluno; discutir aspectos pedagógicos em torno da organização curricular tendo como foco de observação a inserção da disciplina de Educação Física nos anos iniciais, assim como, discorrer sobre temas relacionados à formação docente e planejamento do ensino de Educação Física nos anos iniciais.

Além disso, a mesma apontou que grande parte da trajetória histórica que contribuiu para falta de reconhecimento da Educação Física como componente pedagógico e curricular, está relacionada às concepções e práticas que perduraram por décadas na educação brasileira, que conservam e reforçam a ideia de que esta disciplina não agrega conhecimentos importantes para formação humana.

Neste sentido, penso que a afirmação da disciplina de Educação Física no currículo escolar no contexto atual é de suma importância para tentarmos superar a concepção cristalizada sobre a mesma. Mas como atingir isso? Se a partir do momento que a Educação Física é comparada com as demais disciplinas, esta por muitas vezes é vista pelos professores e até mesmo pela direção das escolas como algo não tão importante no contexto escolar, já que para a mesma é delimitada, cada dia mais, tempos e espaços menores, além de não ter tanta cobrança em questão avaliativa.

A Educação Física sendo parte do componente curricular deve assumir o seu papel buscando mostrar que seu processo de ensino aprendizagem é tão importante quanto às demais. Para Palma:

Ao considerar a Educação Física como matéria do currículo escolar, entendemos que ela não pode ter tarefas diferentes dos demais componentes do contexto, muito embora apresente particularidades (saberes) que são próprias da área. Portanto ela deve ser considerada como uma matéria escolar que objetiva o ensino de conhecimentos, sendo o movimento culturalmente construído seu referencial primário (2008, p. 31).

Penso que assim como qualquer outra disciplina, a Educação Física precisa ser considerada uma disciplina escolar produtora de conhecimentos. Dessa forma, acabará aos poucos, deixando de ser considerada menos importante perante as demais disciplinas escolares.

Para que a Educação Física seja considerada e respeitada no contexto escolar os professores independentes de serem especialistas da área, ou um professor polivalente (regente) precisam ter argumentos e clareza da importância e necessidade de se desenvolver uma aula de Educação Física com seriedade e intencionalidade necessária à ela, assim como se é pensada uma aula de matemática ou português, por exemplo.

Sabemos que vivemos em uma sociedade capitalista e tecnológica, onde a intenção é formar para o trabalho e onde segundo Bracht: “[...] a aptidão física é cada vez menos importante como determinante para a produtividade no trabalho” (2001, p. 73).

Dessa forma, o trabalho que muitas vezes é desenvolvido de forma planejada com intencionalidades claras fica cada vez mais desvalorizado. E esse processo de desvalorização pode ser percebido em muitos momentos no ano letivo escolar. Um desses momentos é quando questionam sobre o “barulho” que os alunos fazem durante as aulas de Educação Física, alegando que o mesmo atrapalha o andamento das demais disciplinas.

Outro momento é quando o pouco tempo destinado às aulas de Educação Física, são utilizados para ensaiar atividades e produções artísticas que serão normalmente apresentadas no final de ano, ou usadas para “colocar o conteúdo em dia”.

Além disso, outro momento bem frequente é a falta de um ou mais professores resultando, assim, na famosa “união” de turmas as quais são conduzidas para assistir um filme ou vão para a quadra de esportes onde o professor de Educação Física ou outro responsável “assumem” a grande turma.

Diante da discussão descrita nesta pesquisa, acredito que seria de extrema relevância considerar cursos de formação, para os professores polivalentes voltados para a área da Educação Física; cursos estes no âmbito escolar e fora dele, demonstrando para toda a comunidade escolar a importância de saber trabalhar com a disciplina de Educação Física não somente a prática, mas também a teoria. Pois muitos estudos trazem a importância da formação permanente e a não fragmentação da educação.

Entendo que uma ação urgente e necessária no contexto escolar é o investimento em processos de formação continuada. Porém é de conhecimento de todos que nem sempre são oferecidos cursos para se aprofundar os estudos sobre a Educação Física nos anos iniciais do

Ensino Fundamental. Estudos que auxiliem na reflexão e compreensão da importância de se desenvolver, também, uma aula planejada coletivamente e buscando também a interdisciplinaridade, e não somente cursos ou palestras para criar jogos, brincadeiras sem discutir as finalidades das mesmas.

A Educação Física precisa ser planejada assim como as demais disciplinas, e de forma que seja articulada com o que está sendo trabalhado nas demais disciplinas. Para reforçar faço uso das palavras de Günther, o qual aponta que: “formação permanente é a formação com que o professor esteja permanentemente questionando o teu saber e construindo ele. A formação moral, profissional, social, todas elas tem a ver com tua formação permanente, pois não podemos mais segmentar a educação” (2000, p. 138).

Acredito ser fundamental rever e problematizar a forma que se planeja as disciplinas escolares, pois é através de seu planejamento e articulação entre as demais que iniciaremos uma nova forma de conceber e praticar a disciplina de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Entretanto, se a oferta de cursos para discutir essa temática não ocorre nos estabelecimentos de ensino, penso que cabe a cada professor a busca de aprofundamento teórico ou prático para auxiliar em sua prática docente, de forma que forneça condição de melhorar o cenário atual em que a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental se encontra.

Cenário esse que necessita ser avaliado, problematizado e transformado. E essas transformações precisam partir das atitudes de cada professor, especialmente os polivalentes (regentes). Estes precisam perceber que é fundamental organizar as aulas de Educação Física de forma articulada e planejada.

Outra consideração que não pode ser esquecida é o que está relacionado aos aspectos físicos e materiais das escolas. Para que as aulas de Educação Física sejam desenvolvidas é preciso de espaços e materiais de qualidade, porém nem sempre é a realidade que encontramos nas escolas, pensando em afirmar a importância da Educação Física os professores não podem mais simplesmente aceitar que falem materiais ou que os espaços sejam sempre adaptados para que essa aula seja ministrada.

Ante o exposto até o momento, concluo que é fundamental rever e problematizar a forma como são planejadas as disciplinas escolares, pois, é através do planejamento e articulação entre elas (as disciplinas) que iniciaremos uma nova forma de conceber e praticar a disciplina de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para finalizar, a Educação Física Escolar é apontada como uma disciplina importante na formação humana integral, devendo desenvolver e oportunizar as mais variadas formas de movimentos que compõe a cultura corporal, além de contribuir com a saúde e bem-estar dos cidadãos. Porém, muitas inquietações ainda fazem parte desse estudo, divido estas inquietações a qual buscarei resolver e ampliar futuramente uma nova pesquisa, apoiada nas discussões deste estudo e no sentido de aprofundar outros elementos.

Buscarei analisar qual a concepção de Educação Física do professor polivalente (regentes), assim como, pesquisar se os planejamentos de suas aulas são pensados a partir das necessidades e interesses dos alunos, ou a partir da disponibilidade de tempo e materiais didáticos que as escolas fornecem.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, V. F. N. A construção dos sentidos de corpo na sociedade ocidental. In: SALGADO, Maria Umbelina C.; MIRANDA, Glaura Vasques de. (Org.). Veredas; **Formação superior de professores**: módulo 6, v. 1/SEE-MG. Belo Horizonte: SEE-MG, 2004.
- APPLE, M. W. **Educação e Poder**. trad. De Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- APPLE, M. W; GANDIN, L. A. (Orgs.) **Educação crítica**: análise internacional. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap.1 “O mapeamento da educação crítica”, p. 14-32.
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- ARRIBAS, T. L. **A educação física de 3 a 8 anos**. Tradução: Fátima Murad. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BASSEADAS, E. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Trad. Cristina Maria de Oliveira. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- BERESFORD, H. e colaboradores. **Uma visão sobre o valor da educação física curricular, a partir de perspectivas imaginárias e ideológicas**. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, v. 16. n. 1, p. 100-112, jan./jun., 2002.
- BETTI, M. **Ensino de primeiro e segundo graus**: educação física para quê? Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Maringá, v. 13, n. 2, p. 282-287, jan. 1992.
- \_\_\_\_\_ **A janela de vidro**: Esporte, televisão e educação física. Universidade Estadual de Campinas. 1997. Disponível em:  
<[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/EDUCACAO\\_FISICA/teses/Betti\\_Tese.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/teses/Betti_Tese.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2014.
- BETTI, M.; ZULIANI, L. R. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** – Ano 1, Número 1, 2002.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap. 3. p. 168-206.
- BRACHT, V. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, F. E. (Org.). **Educação Física escolar**. Espírito Santo: Proteoria, 2001.
- \_\_\_\_\_ **A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física Caderno CEDES**, ano XIX, nº 48, ago. 2003.

BRACHT e colaboradores. **Pesquisa em ação:** educação física na escola. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: < [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006** – altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm). Acesso em: 02 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALDAS, M. A. E. **Estudos de revisão de literatura:** fundamentação e estratégia metodológica. São Paulo: Hucitec, 1986.

CANARIO, R. **A escola tem futuro?**[recurso eletrônico] das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artimed, 2007.

CRADY, C. M; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil:** pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

DAHLBERG, G.; MOSS, P. E PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância:** perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FORQUIN, J.C. Saberes Escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e Educação.** Porto Alegre, n.5. p. 28-49. 1992.

FLORES, M. L. R. **Garantia do direito à educação infantil no Brasil: histórico do campo,** conquistas e desafios atuais. Simpósio ANPAE, 2011. Disponível em: [www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0381.pdf](http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0381.pdf) w. Acesso em: 22 ago. 2014.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro:** teoria e prática da educação física. 2ed. São Paulo: Scipione, 1991.

\_\_\_\_\_. **Educação de corpo inteiro:** teoria e prática da educação física. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: Corporeidade e educação.** 15° ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

GÜNTHER, M. C. C. **Formação Permanente de Professores de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre no Período de 1989 à 1999.** Porto Alegre, 2000.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física Progressista.** São Paulo: Loyola, 1998.

LIBÂNEO, J. C. Que destino os educadores darão à Pedagogia? In: PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia, ciência da educação?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, J. P.; RANGEL-BETTI, I. C. A importância da disciplina educação física em cursos de pedagogia. **Revista Corpo consciência**, Santo André, SP, n. 9, 2002.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A., **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo. E.P.U., 1986.

MATTA, M. B. S. L. **Inclusão digital para a cidadania ativa: um estudo de caso na escola classe 06.** Faculdade de Educação - Trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia. Universidade de Brasília, 2007.

**Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação Geral do Ensino Fundamental de Nove Anos– Orientações Gerais.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2014.

MOURA, A. P. (Org.). **Políticas e práticas curriculares: impasses, tendências e perspectivas.** João Pessoa: Idéia, 2005, p. 11- 42.

MOREIRA, A. F. **Por que ter medo dos conteúdos?.** In: PEREIRA, Maria Zuleide;

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e a sua formação.** 2. ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995.

NUNES, A. I; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da Aprendizagem: processos teorias e contextos.** 2. ed. Brasília: Liber livros, 2009.

OLIVEIRA, A. A. B. de. **Analisando a prática pedagógica da Educação Física.** Revista da Associação dos Professores de Educação Física de Londrina, Londrina, PR, v. 7, n. 13, p. 11-14, jul., 1992.

OLIVEIRA, J. A. de. **Padrões motores fundamentais: implicações e aplicações na educação infantil.** Revista Interação. Varginha, MG, ano 2, v. 6, n. 6, p. 37-42, dez., 2002.

PALMA, Ângela P. T. V. (Coordenadora). **Educação Física e a Organização Curricular.** Londrina, EDUEL, 2008.

PEREIRA, R. S. **A educação física nas séries iniciais da fase inicial do ensino fundamental das escolas públicas municipais de Santo André: o olhar dos professores polivalentes.** 2007. 195 f. Dissertação (mestrado em Educação Física)- Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2007.

PORTO, E. T. R. Mensagens corporais na pré-escola: um discurso não compreendido. In: MOREIRA, W. W. **Corpo presente.** Campinas, SP: Papirus, 1995. cap. 4, p. 83-110.

**Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. —Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1.

SOUZA JÚNIOR, M. O saber e o fazer pedagógico da educação física na cultura escolar: o que é um componente curricular. In: CAPARRÓZ, F. E. (Org.). **Educação física escolar: investigação e intervenção.** Vitória, ES: Proteoria, v. 1, 2001.

SILVA, A. M. M. Solução ou sonho impossível? In: LEMER, J. **Cidadania verso e reverso.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997/1998. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/br/versrev.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.

VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** 14ª edição. Papirus, 2002.

VINÕA FRAGO, A.; ESCOLANO, A. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.** Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_ A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.